

**PROJETO LEI Nº006/2026**

**AUTORIZA A  
ABERTURA DE  
CRÉDITO ESPECIAL NO  
VALOR DE R\$ 5.736,92**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial no valor de R\$ 5.736,92 ( cinco mil setecentos e trinta e seis reais e noventa e dois centavos), conforme o que segue:

Órgão: 10 - Secretaria de Infraestrutura e Obras, Serviços e Trânsito

Unidade: 02 – Estrutura de Infraestrutura e Obras, Serviço e Trânsito

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Ação: 1.024 – Pavimentação de Ruas e Avenidas

Natureza da Despesa: 4.4.30.93.00.00.00 - Indenizações e Restituições

Fonte de Recurso: 2701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados

Valor: R\$ 5.736,92

**Art. 2º** O Crédito Especial autorizado no artigo anterior, será coberto com superávit financeiro.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agudo, 12 de janeiro de 2026

**Luís Henrique Kittel**  
Prefeito Municipal

## **JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente, Senhores (as) Vereadores (as):

O presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 5.736,92 (cinco mil setecentos e trinta e seis reais e noventa e dois centavos), destinado à criação de dotação orçamentária específica para a devolução de rendimentos financeiros oriundos do Convênio do Programa PAVIMENTA/RS, firmado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores a serem devolvidos referem-se exclusivamente aos rendimentos auferidos em aplicação financeira dos recursos transferidos, conforme determina a legislação vigente e as normas que regem os convênios públicos, as quais estabelecem que eventuais saldos ou rendimentos não utilizados na execução do objeto pactuado devem ser restituídos ao ente concedente.

Considerando que a Lei Orçamentária Anual não prevê dotação específica para essa finalidade, torna-se necessária a abertura de crédito especial, nos termos da legislação financeira aplicável, a fim de possibilitar o correto enquadramento orçamentário e contábil da restituição, assegurando a legalidade, a transparência e a regularidade fiscal na execução do convênio.

Ressalta-se que a medida não implica aumento de despesa para o Município, tratando-se apenas de adequação orçamentária indispensável para o cumprimento de obrigação legal e para a correta prestação de contas dos recursos públicos recebidos, evitando apontamentos pelos órgãos de controle.

Diante do exposto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa Legislativa, confiantes em sua aprovação, em regime de urgência.

**Luís Henrique Kittel**  
Prefeito Municipal